



SEMESTRE EUROPEU – FICHA TEMÁTICA

CONCLUSÃO DO ENSINO SUPERIOR

1. INTRODUÇÃO

É importante aumentar o número de pessoas que concluem o ensino superior e melhorar a qualidade desse ensino para promover um crescimento sustentável e inclusivo.

Conseguindo-se taxas mais elevadas de conclusão do ensino superior e simultaneamente uma melhoria da sua qualidade será possível atenuar a escassez de competências em setores económicos com utilização intensiva de conhecimentos. Deste modo, promover-se-á igualmente o aumento da produtividade, a inovação e a competitividade. Tendo em conta a rápida evolução tecnológica e a intensidade da concorrência mundial, com mercados de trabalho a exigirem níveis de qualificações cada vez maiores, o aumento da taxa de conclusão do ensino superior pode ser o sustentáculo de um crescimento inteligente e sustentável. Pelo contrário, a persistência de desigualdades e disparidades geográficas na conclusão do ensino superior agrava a desigualdade global entre regiões da UE e provoca um crescimento pouco homogéneo¹.

A Estratégia Europa 2020 consagrou o **grande objetivo de aumentar a percentagem da população com idade entre 30 e 34 anos que completa o ensino superior para,**

pelo menos, 40 %. Os Estados-Membros também estabeleceram objetivos nacionais, por vezes mais ambiciosos (figura 1). Os progressos na sua consecução têm sido constantes há mais de uma década, mesmo durante a crise económica.

Em maio de 2017, a Comissão Europeia apresentou uma **nova agenda da UE em prol do ensino superior**², uma comunicação centrada no alargamento do acesso e da participação no ensino superior, bem como na redução dos níveis de abandono. O seu intuito é atingir estes objetivos através do fornecimento de informações mais transparentes sobre as oportunidades e as saídas das várias vertentes do sistema educativo, de uma orientação mais personalizada e de apoio financeiro aos estudantes dos grupos desfavorecidos.

Uma iniciativa paralela no domínio do **acompanhamento dos percursos dos licenciados** pretende aumentar a disponibilidade de dados pormenorizados e comparáveis relativos aos níveis de emprego e aos resultados alcançados pelos licenciados em termos sociais. O objetivo, neste caso, é ajudar os jovens a fazerem escolhas informadas e as universidades a melhorarem a conceção dos seus cursos.

A presente ficha incide sobre o ensino superior. A ficha temática «Competências para o Mercado de Trabalho» apresenta uma panorâmica da

¹ Ver: «Monitor da Educação e da Formação 2015» e «Mind the Gap – education inequality across EU regions» [Atenção ao fosso - desigualdade educativa entre regiões da UE], 2012.

² COM(2017) 247 final.

empregabilidade dos licenciados, no âmbito de uma análise mais geral da procura e oferta de competências.

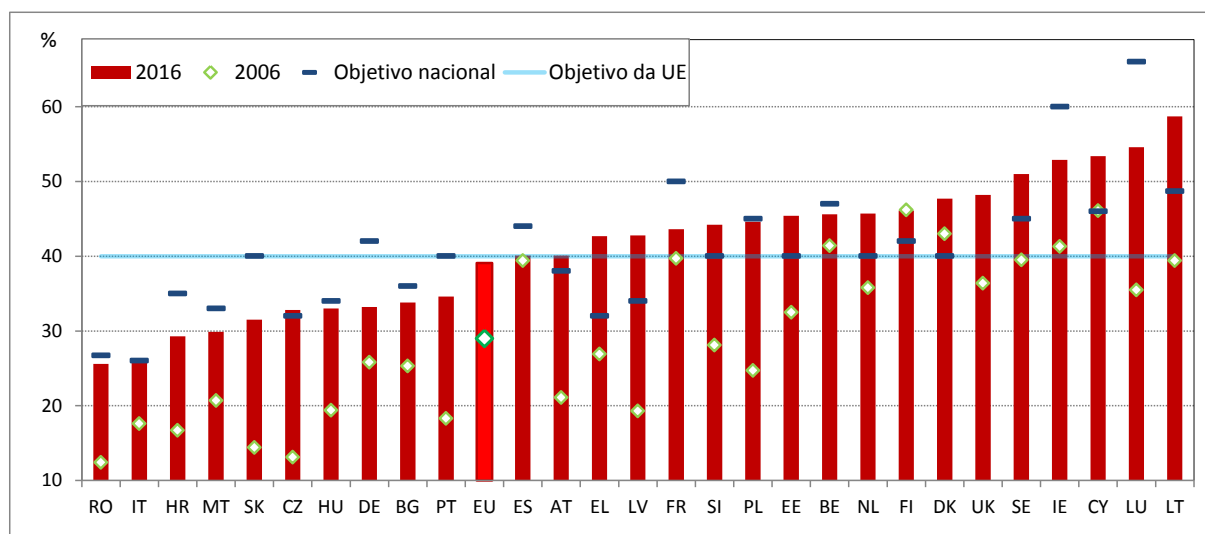
2. DESAFIOS ESTRATÉGICOS: PANORÂMICA DO DESEMPENHO NOS PAÍSES DA UE

Em 2016, a taxa média de **conclusão do ensino superior na União Europeia foi de 39,1 %**. Este valor corresponde a uma subida de quase meio ponto percentual em relação ao ano anterior e de 10 pontos relativamente a 2006 (figura 1). Dezoito Estados-Membros conseguiram atingir o objetivo de 40 % ou mais definido na Estratégia Europa 2020. Catorze atingiram igualmente os seus objetivos nacionais neste domínio: Dinamarca, Alemanha³, Estónia, Grécia, Itália, Chipre, Letónia, Lituânia, Hungria, Países Baixos, Áustria, Eslovénia, Finlândia e Suécia.

Apesar dos avanços generalizados na consecução deste objetivo, **as taxas de conclusão do ensino superior continuam a variar muito entre raparigas e rapazes e em função do local de nascimento**. Na maioria dos Estados-Membros, as raparigas têm muito maior probabilidade de concluir o ensino superior: a sua taxa de conclusão é, em média, quase 10 pontos percentuais superior à dos homens. Regra geral, os cidadãos nacionais têm taxas de conclusão superiores às dos que nasceram no estrangeiro, embora em alguns Estados-Membros se verifique o contrário (figura 2). Na Irlanda e no Reino Unido, as pessoas nascidas fora da UE apresentam taxas particularmente elevadas; no outro extremo do espetro, na Grécia, na Espanha, na Itália, em Chipre e na Eslovénia, as pessoas nascidas no estrangeiro apresentam taxas relativamente baixas.

³ O objetivo nacional da Alemanha (42 %) inclui o ensino pós-secundário não superior (nível CITE 4).

Gráfico 1 – Conclusão do ensino superior (população na faixa etária de 30-34 anos)



Fonte: Eurostat (IFT, quadro edat_ifse_03). Nota: O indicador abrange a percentagem da população dos 30 aos 34 anos que conseguiu concluir um nível CITE 5 a 8. O objetivo nacional da Alemanha inclui o ensino pós-secundário não superior (nível CITE 4). O desempenho e o objetivo nacional do Luxemburgo refletem, em larga medida, a população imigrante muito qualificada que vive e trabalha no país e não os resultados do sistema de ensino e formação nacional. No caso da França, o objetivo nacional de 50 % refere-se à faixa etária dos 17 aos 33 anos. O objetivo nacional da Finlândia é definido de forma mais estrita do que o «grande objetivo» da UE e exclui os institutos tecnológicos. Para mais informações sobre os objetivos nacionais e as suas definições, ver http://ec.europa.eu/eurostat/documents/4411192/4411431/Europe_2020_Targets.pdf

Complementarmente aos desafios acima expostos, há que considerar quatro outras dimensões estratégicas importantes.

1. As desigualdades geográficas e sociais. Uma das questões que se colocam é como evitar que a desigualdade se reproduza de geração em geração, assegurando que os estudantes de todos os meios socioeconómicos têm acesso ao ensino superior. As pessoas oriundas de meios desfavorecidos continuam a estar sub-representadas no ensino superior e apresentam níveis mais elevados de abandono dos estudos universitários.

Outra questão, muitas vezes relacionada com a primeira, são as persistentes disparidades geográficas observadas na conclusão do ensino superior⁴ não só entre Estados-Membros, mas também no interior de cada um deles. Tais disparidades podem contribuir para a desigualdade de rendimentos a nível regional, causar «fuga de cérebros» e prejudicar o crescimento das regiões.

2. As baixas taxas de conclusão indicam a existência de problemas de eficiência e/ou equidade nos sistemas de ensino superior. O prolongamento do tempo de estudo e uma percentagem elevada de estudantes que não conseguem obter um diploma diminuem a eficiência desses sistemas.

⁴ Ver: «Mind the Gap — education inequality across EU regions», 2012.

Para aumentar a eficiência do investimento público no ensino superior, poderá ser necessário intensificar os esforços para reduzir os elevados níveis de abandono. Na União, os maiores níveis de abandono verificam-se na Bélgica, na Grécia, na França, na Itália, na Hungria, nos Países Baixos, na Áustria, na Polónia, na Roménia, na Suécia⁵ e na Eslovénia. Além disso, as taxas de conclusão continuam marcadas por desigualdades: os estudantes oriundos de meios socioeconómicos pobres são, de longe, os mais suscetíveis de abandonar o ensino superior⁶.

3. A qualidade das instituições de ensino superior. De um modo geral, esta é difícil de avaliar e, por conseguinte, de relacionar com os mecanismos de financiamento. A qualidade do ensino disponibilizado e a perceção de que um diploma do ensino superior constitui uma mais-valia em termos de emprego futuro são determinantes para a atratividade do ensino superior.

4. Estreitamente relacionado com a dimensão anterior, o insuficiente alinhamento do ensino superior com as necessidades do mercado de trabalho está na base das baixas taxas de emprego dos licenciados.

O parâmetro de referência da UE relativo à empregabilidade⁷ acompanha as taxas de emprego dos licenciados nos Estados-Membros da UE. Estas constituem um critério para avaliar quer a pertinência da oferta de ensino superior existente para as necessidades do mercado de trabalho, quer da qualidade do próprio ensino. As taxas de emprego também são afetadas por variações a curto prazo da procura de mão de obra resultantes dos ciclos económicos. Seriam necessários dados comparáveis sobre a competência dos licenciados para se poder avaliar a qualidade do ensino superior independentemente da sua pertinência.

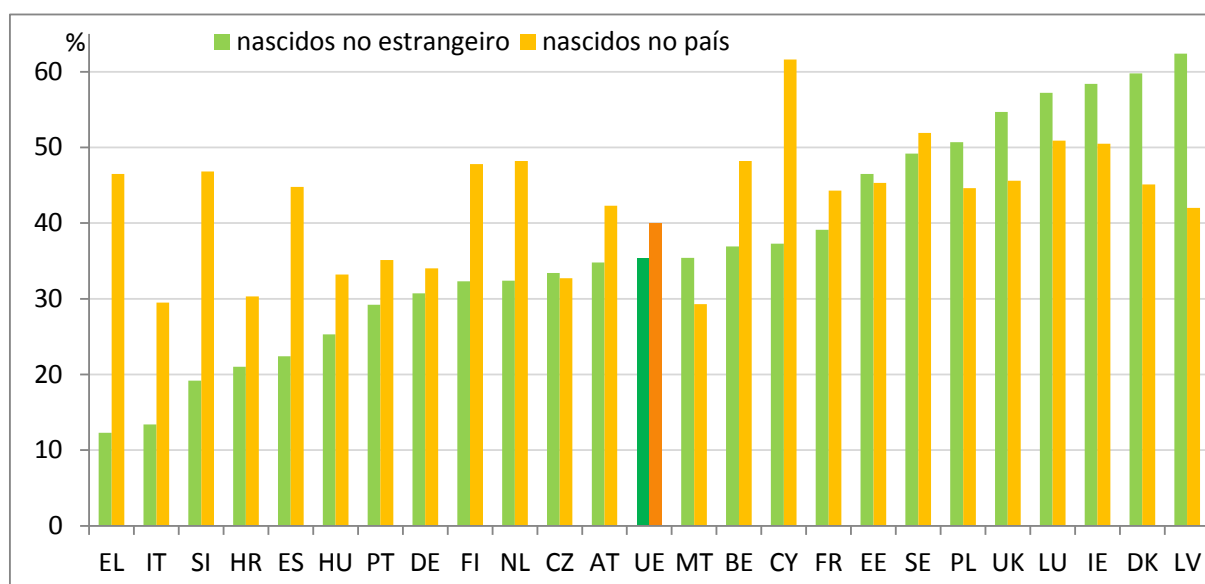
Uma colaboração mais estreita com os empregadores e um maior retorno de informação por parte dos licenciados contribuiriam para tornar os programas de estudos académicos mais relevantes para a obtenção de emprego e orientariam melhor as escolhas dos estudantes antes e durante os seus estudos. Considera-se igualmente útil diversificar as formas de aprendizagem (como a tempo parcial ou à distância) e desenvolver o ensino profissional superior, uma vez que tais medidas permitem flexibilizar e adequar melhor a oferta de ensino às necessidades das empresas e dos trabalhadores, atuais e futuros.

⁵ No caso da Suécia, o valor relativo aos níveis de abandono inclui os estudantes inscritos em disciplinas isoladas e que podem nunca ter tencionado frequentar todas as disciplinas necessárias para se licenciarem (estima-se que, na Suécia, sejam 40 % os estudantes nessa situação).

⁶ Monitor da Educação e da Formação. Comissão Europeia / rede NESET de peritos, 2013.

⁷ Taxa de emprego das pessoas na faixa etária dos 20 aos 34 anos que concluíram a licenciatura não mais de três anos antes do ano de referência (ver ficha temática sobre as competências para o mercado de trabalho, que analisa igualmente outras formas de melhorar a adequação das competências, por exemplo, através de melhor informação e maior antecipação).

Figura 2 – Conclusão do ensino superior por país de nascimento



Fonte: Eurostat (IFT, quadro edat_ifs_9912). Nota: Não há dados disponíveis para a Bulgária, a Lituânia, a Roménia e a Eslováquia

3. INSTRUMENTOS PARA FAZER FACE AOS DESAFIOS ESTRATÉGICOS

Vários países desenvolvidos, como os Estados Unidos, o Canadá, o Japão, a Coreia e a Austrália, apresentam melhores resultados do que a Europa no que se refere à conclusão do ensino superior. Os níveis comparativamente baixos da Europa podem comprometer a sua competitividade e o seu potencial para gerar um crescimento inteligente. Até 2020 e nos anos seguintes, a maioria das vagas de emprego exigirão um diploma do ensino superior⁸.

Os seguintes tipos de medidas são particularmente relevantes para elevar os níveis de conclusão.

1. Em termos gerais, para aumentar os níveis globais de conclusão do ensino superior é necessário que a admissão neste grau de ensino seja alargada, por forma a incluir estudantes de todos os setores da sociedade. Para o efeito, há que atrair mais estudantes de meios socioeconómicos ou geográficos desfavorecidos, oriundos de minorias étnicas ou portadores de deficiência. O alargamento do acesso dos grupos

sub-representados não é somente importante do ponto de vista da justiça social: é crucial para os países que ainda estão a efetuar a transição dos sistemas de ensino superior elitistas para os de massas, bem como para os países confrontados com um declínio demográfico.

Entre as principais medidas para **alargar a participação** figuram a eliminação dos obstáculos financeiros à participação - um domínio em que as tendências estratégicas atuais divergem - e a flexibilização das vias de acesso ao ensino superior. Para vencer os obstáculos ao alargamento do acesso ao ensino superior, é importante assegurar a existência de vias efetivas que permitam transitar para este grau de ensino a partir do ensino e da formação profissionais. Um melhor reconhecimento dos conhecimentos adquiridos em contextos não formais é uma medida importante para muitos Estados-Membros, principalmente para incentivar mais alunos adultos a ingressarem no ensino superior.

As medidas para alargar o acesso ao ensino superior não se devem restringir a este grau de ensino, mas abranger também os níveis de ensino anteriores, uma vez que é frequente os estudantes

⁸ Ver a previsão de competências do Cedefop.

oriundos de grupos vulneráveis nem sequer concluírem o ensino secundário⁹.

2. Uma medida fundamental para **umentar as taxas de conclusão** e reduzir o tempo que os estudantes demoram a completar uma licenciatura consiste em melhorar a orientação e o aconselhamento, a fim de os ajudar a escolherem um curso adequado (orientação antes da entrada). Trata-se de uma medida particularmente útil nos sistemas que têm um acesso relativamente aberto ao ensino superior. Outra medida fundamental é melhorar o apoio aos estudantes durante os seus estudos. Em geral, são necessárias abordagens de aprendizagem mais centradas no estudante, com rácios professores/estudantes exequíveis e uma utilização inteligente do apoio das TIC. A conceção de instrumentos de apoio aos estudantes também pode ajudá-los a completar os estudos.

3. Para que o ensino superior continue a ser atrativo a longo prazo, é importante assegurar que os cursos de ensino superior desenvolvem competências dos estudantes que sejam **pertinentes para o mundo do trabalho**. Há várias medidas que podem contribuir grandemente para melhorar a empregabilidade dos licenciados:

- uma disponibilização mais célere e alargada dos dados sobre o emprego dos licenciados e uma maior utilização de projeções em matéria de competências (incluindo informações sobre as saídas profissionais dos licenciados);
- um maior envolvimento das partes interessadas na conceção e na avaliação dos cursos;
- um recurso mais sistemático aos estágios profissionais; e
- uma flexibilização da estrutura dos programas de estudos, incluindo percursos de aprendizagem interdisciplinares.

Todos os programas devem prever o desenvolvimento de competências transversais, designadamente em

matéria de resolução de problemas, comunicação e trabalho em equipa, para além do desenvolvimento de conhecimentos em disciplinas específicas. Nos países com elevados níveis de desemprego de licenciados, uma análise comparativa do número de estudantes inscritos nas diversas disciplinas, a fim de identificar as áreas em que há excesso de oferta, também ajudará a melhorar as saídas profissionais. O mesmo se pode dizer da melhoria da orientação dada aos estudantes atuais e futuros.

4. ANÁLISE COMPARATIVA DAS ESTRATÉGIAS ATUAIS

Em virtude de os Estados-Membros terem sistemas e pontos de partida diferentes em termos de conclusão do ensino superior, as suas principais prioridades no que se refere ao cumprimento dos objetivos nacionais neste domínio variam significativamente. Ainda assim, é possível classificar as prioridades de cada Estado-Membro de acordo com as vertentes estratégicas fundamentais anteriormente salientadas.

1. Alargamento do acesso ao ensino superior. Doze Estados-Membros possuem algum tipo de mecanismos de financiamento baseados no desempenho e com uma dimensão social para financiar instituições do ensino superior que atinjam um determinado nível de desempenho na prossecução de objetivos sociais. Geralmente, os mecanismos de financiamento baseados no desempenho são utilizados para apoiar a participação dos estudantes com deficiência ou oriundos de meios socioeconómicos desfavorecidos.

Em 2015, a Irlanda lançou um «Plano nacional para a equidade do acesso ao ensino superior», que prossegue cinco objetivos e propõe mais de 30 ações para ajudar os grupos sub-representados a acederem ao ensino superior. Nestes grupos incluem-se os estudantes desfavorecidos, mais velhos ou com deficiência, e os oriundos da população itinerante.

A República Checa aumentou o montante das bolsas concedidas aos estudantes desfavorecidos, bem como o número de

⁹ Ver ficha temática «Abandono precoce do ensino e da formação».

programas profissionalizantes, a fim de promover uma maior diversidade social entre os estudantes do ensino superior. A Suécia lançou um inquérito à governação e ao financiamento do ensino superior, com o intuito de reforçar a participação dos estudantes de meios desfavorecidos. A Croácia está a utilizar verbas do Fundo Social Europeu (FSE) para prestar apoio a alunos oriundos de meios desfavorecidos.

2. Redução dos níveis de abandono e do tempo necessário para completar uma licenciatura. A Estónia procedeu a uma revisão do seu sistema de financiamento do ensino superior para incentivar os estudantes a concluírem os seus estudos no tempo previsto. A região flamenga da Bélgica está a apoiar abordagens alternativas, como os programas de ciclo curto no ensino superior.

3. Melhoria da qualidade do ensino superior e aumento da sua pertinência para o mercado de trabalho. A Eslovénia tem um plano ambicioso para orientar melhor o financiamento do ensino superior em função do desempenho. A Bulgária está a implementar o financiamento com base nos resultados e a envidar esforços para aumentar o número de estudantes nas áreas das ciências, da tecnologia, das engenharias e da matemática (CTEM). Em Malta, há a registar várias iniciativas destinadas a aumentar o número de diplomados em disciplinas científicas.

A Comunidade Flamenga da Bélgica elaborou um plano de ação nas áreas CTEM que envolve todos os níveis de ensino, enquanto a Comunidade Francófona da Bélgica está a centrar a sua ação na aprendizagem em contexto laboral em setores em que foram identificadas ou se preveem lacunas de competências. A Croácia concede bolsas de estudo financiadas pelo FSE a estudantes das áreas CTEM. A Estónia instituiu um instrumento de previsão para antecipar as necessidades do mercado de trabalho e as necessidades de competências, recomendando um planeamento prospetivo na educação e na formação.

A Polónia introduziu um sistema nacional de acompanhamento dos percursos dos licenciados, que visa dar resposta à necessidade de melhorar a informação sobre os resultados do mercado de trabalho. A Roménia está atualmente a desenvolver um instrumento para acompanhar a integração dos licenciados no mercado de trabalho. Em Espanha, o recente Pacto Nacional sobre a Educação visa adaptar melhor as ofertas educativas às exigências da indústria a nível local, rever o modelo de financiamento e promover a excelência nas universidades. Chipre, Portugal, a Eslováquia e a Suécia tomaram recentemente medidas para reforçar a garantia da qualidade no ensino superior.

Data: 6.11.2017

5. REFERÊNCIAS

- Comissão Europeia: Monitor da Educação e da Formação 2017
http://ec.europa.eu/education/policy/strategic-framework/et-monitor_pt
- Comissão Europeia: Ficha temática sobre as competências para o mercado de trabalho e Ficha temática sobre o abandono escolar precoce
https://ec.europa.eu/info/strategy/european-semester/thematic-factsheets/labour-markets-and-skills_pt
- NESSE (2012), «Mind the Gap — education inequality across EU regions»
<http://www.nesse.fr/nesse/activities/reports/activities/reports/mind-the-gap-1>
- NESET (2013), «Drop-out and Completion in Higher Education in Europe among students from under-represented groups»
<http://www.nesetweb.eu/sites/default/files/HE%20Drop%20out%20AR%20Final.pdf>

6. FONTES ÚTEIS

- Comissão Europeia: Política de ensino superior
http://ec.europa.eu/education/policy/higher-education_pt
- Rede Europeia de Peritos em Economia e Educação (EENEE)
<http://www.eenee.de/eeneeHome/EENEE.html>
- Rede de Peritos nos Aspetos Sociais do Ensino e da Formação (NESET: <http://nesetweb.eu/en/>); a sua antecessora, a rede NESSE, publicou vários relatórios úteis, nomeadamente: «Mind the Gap — education inequality across EU regions», 2012
- Previsão de competências do Cedefop
<http://www.cedefop.europa.eu/EN/about-cedefop/projects/forecasting-skill-demand-and-supply/skills-forecasts.aspx>

ANEXO

Quadro 1 – Conclusão do ensino superior (total)

	2000	2006	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Objetivo
UE-28	22,4 ^{UE-27}	29,0	33,8	34,8	36,0	37,1	37,9	38,7	39,1	40
Bélgica	35,2	41,4	44,4	42,6	43,9	42,7	43,8	42,7	45,6	47
Bulgária	19,5	25,3	28,0	27,3	26,9	29,4	30,9	32,1	33,8	36
República Checa	13,7	13,1	20,4	23,7	25,6	26,7	28,2	30,1	32,8	32
Dinamarca	32,1	43,0	41,2	41,2	43,0	43,4	44,9	47,6	47,7	40
Alemanha	25,7	25,8	29,7	30,6	31,8	32,9	31,4	32,3	33,2	42
Estónia	30,8	32,5	40,2	40,2	39,5	42,5	43,2	45,3	45,4	40
Irlanda	27,5	41,3	50,1	49,7	51,1	52,6	52,2	52,3	52,9	60
Grécia	25,4	26,9	28,6	29,1	31,2	34,9	37,2	40,4	42,7	32
Espanha	29,2	39,4	42,0	41,9	41,5	42,3	42,3	40,9	40,1	44
França	27,4	39,7	43,2	43,1	43,3	44,0	43,7	45,0	43,6	50
Croácia	:	16,7	24,5	23,9	23,1	25,6	32,1	30,8	29,3	35
Itália	11,6	17,6	19,9	20,4	21,9	22,5	23,9	25,3	26,2	26
Chipre	31,1	46,1	45,3	46,2	49,9	47,8	52,5	54,5	53,4	46
Letónia	18,6	19,3	32,6	35,9	37,2	40,7	39,9	41,3	42,8	34
Lituânia	42,6	39,4	43,8	45,7	48,6	51,3	53,3	57,6	58,7	48,7
Luxemburgo	21,2	35,5	46,1	48,2	49,6	52,5	52,7	52,3	54,6	66
Hungria	14,8	19,4	26,1	28,2	29,8	32,3	34,1	34,3	33,0	30,3
Malta	7,4	20,7	22,1	23,4	24,9	26,0	26,5	27,8	29,9	33
Países Baixos	26,5	35,8	41,4	41,2	42,2	43,2	44,8	46,3	45,7	40
Áustria	:	21,1	23,4	23,6	26,1	27,1	40,0	38,7	40,1	38
Polónia	12,5	24,7	34,8	36,5	39,1	40,5	42,1	43,4	44,6	45
Portugal	11,3	18,3	24,0	26,7	27,8	30,0	31,3	31,9	34,6	40
Roménia	8,9	12,4	18,3	20,3	21,7	22,9	25,0	25,6	25,6	26,7
Eslovénia	18,5	28,1	34,8	37,9	39,2	40,1	41,0	43,4	44,2	40
Eslováquia	10,6	14,4	22,1	23,2	23,7	26,9	26,9	28,4	31,5	40
Finlândia	40,3	46,2	45,7	46,0	45,8	45,1	45,3	45,5	46,1	42
Suécia	31,8	39,5	45,3	46,8	47,9	48,3	49,9	50,2	51,0	40
Reino Unido	29,0	36,4	43,1	45,5	46,9	47,4	47,7	47,9	48,2	:

Fonte: Eurostat (IFT, quadro [t2020_41]).

Nota: o objetivo nacional da Alemanha inclui o ensino pós-secundário não superior (nível CITE 4), que, todavia, não está incluído nas colunas de dados de 2000 a 2016; a França e a Finlândia têm definições ligeiramente diferentes do objetivo nacional.

Quadro 2 – Conclusão do ensino superior por género

	Homens				Mulheres				Diferença entre homens e mulheres 2016		Percentagem de mulheres (%)
	2013	2014	2015	2016	2013	2014	2015	2016	Absoluta (M-H)	Relativa (% M-H)	
UE-28	32,8	33,6	34,0	34,4	41,4	42,3	43,4	43,9	9,5	24,3	55,9
Bélgica	36,2	37,4	36,7	40,4	49,3	50,2	48,7	50,7	10,3	22,6	55,7
Bulgária	21,8	23,4	24,8	27,2	37,6	39,0	39,9	41,0	13,8	40,8	58,3
República Checa	24,0	24,2	24,7	27,2	29,6	32,5	35,9	38,7	11,5	35,1	57,2
Dinamarca	35,2	39,4	39,6	41,0	51,8	50,5	55,9	54,6	13,6	28,5	56,3
Alemanha	32,2	32,0	32,2	33,4	33,7	30,8	32,4	33,0	-0,4	-1,2	48,8
Estónia	31,8	32,8	34,5	38,8	53,7	54,2	56,7	52,4	13,6	30,0	55,8
Irlanda	45,9	45,1	45,1	46,6	58,7	58,6	58,6	58,5	11,9	22,5	58,4
Grécia	30,8	32,9	35,3	36,2	39,0	41,6	45,5	48,8	12,6	29,5	58,7
Espanha	37,1	36,8	34,8	33,5	47,5	47,8	47,1	46,6	13,1	32,7	58,5
França	39,4	39,2	40,3	38,1	48,4	47,9	49,6	48,8	10,7	24,5	57,5
Croácia	21,7	25,6	23,7	22,2	29,7	38,9	38,1	36,7	14,5	49,5	61,6
Itália	17,7	18,8	20,0	19,9	27,3	29,1	30,8	32,5	12,6	48,1	61,8
Chipre	41,6	46,0	46,7	43,9	53,4	58,2	61,6	62,1	18,2	34,1	60,7
Letónia	28,3	27,8	26,8	30,1	53,1	52,3	56,5	56,1	26,0	60,7	64,2
Lituânia	41,9	44,0	47,2	48,1	60,8	62,7	68,4	68,8	20,7	35,3	60,1
Luxemburgo	49,2	49,8	46,8	52,7	55,6	55,4	57,7	56,5	3,8	7,0	50,9
Hungria	26,8	28,0	27,6	26,4	37,8	40,3	41,0	39,6	13,2	40,0	59,4
Malta	22,7	22,8	23,6	27,4	29,5	30,5	32,2	32,5	5,1	17,1	52,6
Países Baixos	40,1	41,6	43,0	41,7	46,4	48,0	49,6	49,7	8,0	17,5	54,3
Áustria	26,4	38,3	37,5	38,3	27,8	41,6	40,0	42,0	3,7	9,2	51,9
Polónia	32,9	34,2	35,1	35,6	48,4	50,2	52,0	53,9	18,3	41,0	59,2
Portugal	24,0	23,2	23,3	27,3	35,7	38,9	40,1	41,6	14,3	41,3	61,6
Roménia	21,6	22,9	24,2	23,9	24,2	27,2	27,2	27,4	3,5	13,7	51,9
Eslovénia	31,1	30,0	32,0	33,6	49,6	53,6	56,4	55,3	21,7	49,1	61,3
Eslováquia	22,3	22,5	22,8	24,0	31,8	31,5	34,4	39,4	15,4	48,9	60,9
Finlândia	37,6	38,2	38,1	38,4	52,9	52,6	53,4	54,4	16,0	34,7	57,0
Suécia	41,8	42,4	43,2	43,4	55,2	57,9	57,7	59,2	15,8	31,0	56,3
Reino Unido	44,4	44,3	44,5	46,0	50,4	51,1	51,1	50,3	4,3	8,9	52,7

Fonte: Eurostat (IFT, quadros [t2020_41]) e [lfsa_pgaed]).

Nota: Diferença absoluta entre homens e mulheres = taxa de conclusão do ensino superior das mulheres — taxa de conclusão do ensino superior dos homens; Diferença relativa entre homens e mulheres = Diferença absoluta / Taxa total de conclusão do ensino superior * 100; Percentagem de mulheres (%) = Mulheres licenciadas do ensino superior com 30-34 anos / Total de licenciados do ensino superior com 30-34 anos (em %).

Quadro 3 – Conclusão do ensino superior por país de nascimento

	2010			2016			Diferença Estrangeiros – Nacionais
	Total	Nascidos no estrangeiro	Nacionais	Total	Nascidos no estrangeiro	Nacionais	
UE-28	33,8	28,3	34,7	39,1	35,3	39,9	-4,6
Bélgica	44,4	36,3	46,5	45,6	36,9	48,2	-11,3
Bulgária	28,0	:	27,9	33,8	:	33,7	:
República Checa	20,4	31,1	20,1	32,8	33,4	32,7	0,7
Dinamarca	41,2	28,5	42,7	47,7	59,8	45,1	14,7
Alemanha	29,7	23,9	31,2	33,2	30,8	34,1	-3,3
Estónia	40,2	56,6	39,5	45,4	46,5	45,3	1,2
Irlanda	50,1	55,1	48,5	52,9	58,4	50,5	7,9
Grécia	28,6	11,5	31,7	42,7	12,3	46,5	-34,2
Espanha	42,0	24,4	47,4	40,1	22,4	44,8	-22,4
França	43,2	32,1	44,9	43,6	39,1	44,3	-5,2
Croácia	24,5	14,9	25,3	29,3	20,5	30,2	-9,7
Itália	19,9	12,7	21,3	26,2	13,4	29,5	-16,1
Chipre	45,3	36,2	50,9	53,4	37,1	61,7	-24,6
Letónia	32,6	:	32,8	42,8	62,4	42,0	20,4
Lituânia	43,8	:	43,6	58,7	:	58,2	:
Luxemburgo	46,1	51,2	39,5	54,6	57,2	50,9	6,3
Hungria	26,1	46,8	25,7	33,0	25,3	33,2	-7,9
Malta	22,1	28,9	21,8	29,9	35,6	29,3	6,3
Países Baixos	41,4	34,2	42,8	45,7	32,4	48,2	-15,8
Áustria	23,4	24,2	23,1	40,1	34,8	42,3	-7,5
Polónia	34,8	:	34,8	44,6	50,7	44,6	6,1
Portugal	24,0	19,9	24,7	34,6	29,2	35,1	-5,9
Roménia	18,3	:	18,3	25,6	:	25,6	:
Eslovénia	34,8	13,8	36,2	44,2	19,2	46,8	-27,6
Eslováquia	22,1	:	22	31,5	:	31,5	:
Finlândia	45,7	24,7	47,2	46,1	32,3	47,8	-15,5
Suécia	45,3	43,2	45,9	51,0	49,2	51,9	-2,7
Reino Unido	43,1	42,4	43,3	48,2	54,7	45,6	9,1

Fonte: Eurostat (IFT, quadro [edat_ifs_9912]).